

**A BANCA DE VERIFICAÇÃO DA AUTO DECLARAÇÃO
ÉTNICO RACIAL DO VESTIBULAR 2010 DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: NOTAS
ETNOGRÁFICAS.**

Marcos Silva da Silveira¹

Em 2004, A Universidade Federal do Paraná deu início a um Programa de Políticas Afirmativas, incluindo um Programa de inclusão racial, conhecido popularmente como “cotas raciais”, na qual 20% das vagas do Vestibular se destinariam a estudantes de Escola Pública e 20% das vagas se destinariam a estudantes negros.⁶⁸ A UFPR foi uma das primeiras universidades públicas do Brasil a criar um Programa destes, após a UERJ e a UNB. Tal iniciativa veio acompanhada de um debate intenso e muitas polêmicas, em todo o País, envolvendo intelectuais, juristas e educadores, em geral, e antropólogos em particular. O debate, com posições contrárias e favoráveis, chegou até as grandes mídias, tornou-se assunto de conversas e marcou presença na vida universitária.

Sem querer me estender neste debate, gostaria de me deter nas reflexões de Célia Marinho de Azevedo, historiadora, que procurou fazer uma comparação entre as propostas brasileiras e as políticas norte americanas, que em parte nos inspiraram. Muito crítica e sem muita simpatia pelo Programa de cotas raciais, insiste numa tese universalista de justiça social, que reafirma a importância da “Classe” e da experiência de Classe por sobre as identidades étnico raciais, tese por sinal, a mais disseminada entre os críticos deste Programa.⁶⁹ Em dado momento de suas reflexões ela sugere que seria interessante se alguém tivesse acesso às bancas de identificação étnico racial dos

68 A resolução que define esta modalidade diferenciada de ingresso é a resolução do Conselho Universitário da UFPR COUN 37/04, que *Estabelece e aprova Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná*.

69 MARINHO, Célia Azeredo. *racismo e anti racismo no Brasil*. São Paulo: ANNABLUME, 2004.

vestibulares.⁷⁰ A partir do ano de 2009 foi exatamente o que eu fiz, primeiro como observador e depois como Presidente da Banca, nos anos de 2010, 2011 e 2012, participando ativamente de uma negociação permanente dos critérios de validação da auto declaração étnico racial do vestibular da UFPR. Aqui apresento uma etnografia dos momentos e questões mais significativos da Banca do ano de 2010, enquanto atividade acadêmica do meus pós doutoramento em Antropologia no PPGAS do Museu Nacional, UFRJ.

Em 2009, quando fui assistir a Banca durante o registro acadêmico, me chamou a atenção, inicialmente, a fala de um militante do Movimento Negro paranaense de que havia um número muito grande de pessoas querendo fraudar o processo. Pessoas tomando sol para parecerem mais negras – o registro acontece na primeira semana de fevereiro, após as férias de verão – fazendo tranças e dread locks, e coisas assim. O que me chamou a atenção, em primeiro lugar, é que o processo corria com relativa tranquilidade. Os candidatos eram chamados pelo curso e traziam uma documentação à qual anexavam o documento da auto declaração deferida. As pessoas da Banca faziam perguntas, principalmente se a pessoa tinha sido alvo de racismo ao longo da sua vida escolar e lembravam que talvez viessem a passar por situações semelhantes na Universidade. Praticamente todos os candidatos tinham casos para contar, embora não fossem incentivados a se demorar muito nesta narrativa. Os casos eram muito recorrentes, principalmente de brincadeiras com relação a cor, ao cabelo, mas também casos de racismo e discriminação entre parentes, geralmente tios e avós, e em menor escala, primos. A pergunta básica era: “- *Quem é negro na sua família?*”

70 “...organizam-se “comitês de julgamento” em cada instituição, os quais ficariam encarregados de examinar a “veracidade” do pertencimento racial declarado pelo candidato ao emprego ou vaga em Universidade. Seria interessante, se não fosse trágico, acompanhar o trabalho de uma destas comissões de juízes da cor.” (Marinho,2004, p.38-39)

Em 2009 eu já havia assumido a vice coordenação do NEAB - Núcleo de estudos afrobrasileiros- da UFPR e, em função deste cargo fui presidir a Banca do ano de 2010. Não houve grandes problemas como no ano anterior, mas, por outro lado, o número de candidatos “pardos” com a pele clara mais traços característicos do fenótipo negro eram frequentes, o que causava algumas dúvidas. A banca procurava perceber a compreensão que os candidatos tinham da questão racial brasileira e da discussão em torno das cotas e se decepcionava em constatar que a maioria ignorava a ambas, em larga medida. Havia um militante do movimento negro, professor muito conhecido ligado ao Sindicato dos professores do Paraná, que insistia muito com os candidatos nesse sentido e exclamava continuamente que tinham que aprovar apesar dos mesmos “não terem consciência”. Ao mesmo tempo, embora ele afirmasse que o que importava era o fenótipo, ele era o que mais conversava com os candidatos, sendo que, em alguns casos, os mesmos não tinham muita disposição para o diálogo. Ele também insistia muito em dizer que ali só existiam “negros e brancos”, embora muitos candidatos insistissem em se apresentar como “Pardos”!

Eu não gostava do procedimento de pedir para o candidato se retirar quando a banca tinha dúvida, pois entendia que, se estava sendo discutida a auto imagem do candidato, ele deveria estar presente. Também me incomodava muito a afirmação de que a Banca representava o “olhar da sociedade” e que tínhamos que verificar se a pessoa sofreria preconceito ou não. Enquanto Cientista social e especializado em “Sociedades complexas” a última coisa que eu poderia entender seria a existência de um olhar único da Sociedade, ainda mais numa situação destas que envolvia, certamente, diversos olhares. Mas eu não tinha condições de me posicionar com argumentos consistentes. O resultado é que eu comecei a questionar a avaliação deles, mesmo em casos de aprovação, na frente dos candidatos, deixando principalmente o professor do sindicato – que tinha uma autoridade sobre os demais – bastante incomodado. Havia

outra professora que tinha o hábito de responder, ela mesmo, as perguntas que fazia aos candidatos, algo como: *“Você sofreu discriminação na escola? Ouvia piadinhas....”*

No dia seguinte, eu tinha que dar um parecer sobre as pessoas que não tinham sido deferidas e que fizeram o recurso a banca durante o processo. Alguns casos eu dei ganho de causa ao candidato, principalmente de estudantes do Norte e Nordeste que não tinham um fenótipo negro definido mas tinham tipos bastante discrimináveis no contexto curitibano. Os membros da banca ficaram sabendo o que aumentou o mal estar. Chegamos a discutir na hora do almoço, o sindicalista passou mal e se retirou e outra pessoa assumiu o seu lugar. Socióloga, doutoranda na UNESP, mestre pela UFPR e que era muito mal vista por alguns funcionários da Universidade e até mesmo por pesquisadores do NEAB. Diziam que ela “criava caso” e atrasava a Banca. Eu me dei muito bem com ela, estava diante de alguém com quem podia colocar minhas posições e dialogar, o que trouxe um grande alívio. Combinamos que os candidatos voltariam a sair em caso de dúvidas e que se evitaria tanta “falação” durante o processo. Argumentei que se devia prestar mais atenção no que as pessoas falavam sobre elas mesmas e que haviam diferenças evidentes entre os candidatos. No final do dia houve uma reunião com a direção da Universidade e do NEAB para retornarmos os pontos pendentes. Somente então comecei a ter acesso a uma memória do processo como um todo e do que havia acontecidos nas bancas anteriores.

Fiquei sabendo dos problemas iniciais da primeira avaliação, com o grande número de “barrados” e que se resolveu a partir daí que os critérios tinham que ser mais brandos. Era consenso que sempre houve muito mais candidatos pardos do que pretos. Aquelas pessoas que vinham participar da Banca eram membros respeitáveis do Movimento Negro curitibano e tinham um comprometimento com o processo de implantação das cotas na UFPR, que não fora fácil. Era evidente, por outro lado, que a memória do processo estava com as

peças mesmo, pois não haviam registros de nada. O Coordenador do registro acadêmico aproveitou a oportunidade para pedir mais agilidade a banca, pois o registro tem um prazo dentro do calendário da universidade que precisa ser cumprido à risca. As funções da banca haviam sido alteradas com um anexo a lei 37/04 no ano de 2007, quando a mesma passou a ter um caráter de “ validar e orientar a auto declaração”. Era a tal “orientação” que atrasava o andamento da banca e do registro, no entendimento da Pro reitoria de Graduação.

A banca seguiu em frente nos demais três dias. Vale a pena registrar alguns casos ocorridos. Um rapaz pardo, mais mestiço do que negro, se apresentou como de “Nação”, “filho de Obaluaiê” e embora sem ter um tipo negro, se considerava como tal visto o seu pertencimento ao Candomblé e a toda discriminação que sofria com a família de Santo. Ninguém questionou a sua auto declaração. Outro rapaz, com um tipo parecido, apresentou-se como militante da causa negra e portanto fazendo jus a vaga. Ele teve sua auto declaração não validada. Ele não só fez o recurso como no dia seguinte o seu pai apareceu para questionar, argumentando que lutou anos por aquela causa e que fazia questão que o seu filho pudesse cursar a Universidade pelas cotas. Ele tinha um tipo muito mais negro do que o filho e sua argumentação me foi convincente.

Não foi o único caso deste tipo. Por exemplo, uma garota muito novinha, parda, mas muito clara e sem nenhum outro traço fenotípico, com chapinha. Quando questionada se já havia sofrido caso de racismo e sobre quem era negra na família dela nada disse. Quando ela se retirou a banca se perguntou se não estávamos diante de uma “burla”, pois a garota nada dizia... Ela não teve sua auto declaração validada e também fez recurso contra a decisão da Banca. No dia seguinte, ela apareceu com o pai, um Homem de certa idade, bem preto. Fiquei sabendo, através dele, que ela tinha uma irmã, negra, que entrara no curso de medicina pelo sistema de cotas e que passara pela banca sem problemas. Era evidente que a menina, de 17

anos, não tinha nenhuma elaboração sobre sua condição, a ponto de não comentar a situação da irmã. O máximo que conseguiu fazer foi chamar o pai. Eu também deferi o seu pedido.

Finalmente tivemos o caso da YVI. Ela era uma menina branca com os cabelos muito cacheados e muito soltos, e um tipo nada europeu, estava mais para o Sarará. Ela afirmou ser parda, filha de pai branco e mãe negra e que sofria muita discriminação depois que vieram morar em Curitiba, vindo de Belo Horizonte. A banca não validou a sua auto declaração e nem eu considerei o seu recurso. No dia seguinte, ela veio com a mãe, uma senhora negra muito humilde e trouxe também um álbum de fotos de família. A família do pai, um tipo loiro de origem italiana, era totalmente branca e loira, incluindo suas primas. O lado da mãe, uma típica família negra do interior de Minas. Ela era um tipo realmente intermediário. O problema, como ela colocara, era que em Curitiba, ela era mal vista pelos vizinhos, que nunca falavam com a mãe dela e com ela quando estava só com a mãe. Ser “filha de mãe negra” ganhara um novo significado, que ela não conhecia em Minas Gerais. Mas ela não se via como branca, como as primas do lado paterno, nem como Negra, como os primos do lado materno. Ela era, portanto, “Parda”. O ponto é que ela não podia pender para nenhum dos lados porque nos pólos haviam outros tipos e outras pessoas com um tipo muito diferente do dela. Acabei validando o segundo recurso dela e ela veio a se tornar bolsista do NEAB com bastante empenho em conhecer mais sobre as questões raciais no Brasil e no Paraná.

Um outro caso parecido foi o de um rapaz carioca, da Ilha do Governador, que tinha um tipo mais português do que negro. Ele não foi validado e no recurso também trouxe o álbum de fotos da família. A família era toda de pretos cariocas, sendo que ele era de fato, o menos negro. Também deferi. Finalmente, surgiu um caso mais delicado. Um homem de mais idade, aparentemente branco, trouxe todos os documentos dele, que haviam sido tirados quando ele servira

o exército, nos quais estava descrito que sua cor era “PARDA”. Ele não passou no primeiro momento, fez recurso com essa alegação, dos documentos e eu deferi, já imaginando o processo – e a jurisprudência – que poderia surgir caso ele não fosse validado.

Houve um caso muito estranho. Uma garota loura, de um tipo bem alemão, se apresentou como cotista racial. Quando perguntaram para ela o que ela fazia ali ela declarou que tinha uma “avó nativa”, o que criou um desconforto entre os demais membros da banca. Antes que a situação ficasse ainda mais estranha eu a levei, junto com o seu pedido indeferido, para a sala do registro pedindo para conferirem se ela era cotista racial ou social porque poderia ter havido um engano. Depois, o coordenador disse que ela tinha se inscrito como cotista racial mesmo. Havia uma intenção de “deboche” naquela candidata, que causou um enorme desconforto. Mas, no final das contas, foi um caso fácil de lidar.

A tensão continuou mas tivemos alguns desdobramentos. No final do primeiro semestre, haveria uma pequena banca – de uma tarde apenas – para atender aos candidatos que faziam registro acadêmico para as vagas de segundo semestre que alguns cursos ofereciam. Como era pequena, achei melhor convocar apenas os estudantes e técnicos da UFPR até porque muitos tinham militância em coletivos negros. A banca foi tranqüila, apareceu um único candidato que era, evidentemente, um homem branco de origem europeia se dizendo “pardo”, que foi eliminado e os demais se auto declaravam, em sua grande maioria, “pardos”, mesmo alguns sendo pessoas de pele preta.

A medida não agradou muito aos representantes do Movimento Negro que entraram com um processo no Ministério público solicitando a garantia da presença do Movimento Negro na Banca. Duas medidas foram tomadas. A primeira, o Núcleo de Concursos resolveu colocar a banca entre as duas etapas do vestibular, como forma de garantir a quem não tinha passado, o direito a concorrer na

cota social ou na concorrência geral. Essa medida agradou a opinião pública, ao Movimento negro, a imprensa e aos críticos e apoiadores do Programa. A outra medida foi a realização de um encontro com os representantes do Movimento Negro promovido pelo NEAB para rediscutir os critérios da banca.

A reunião foi tensa, evidentemente. O professor sindicalista estava visivelmente nervoso e insistia que eu não deveria usar o “critério da ancestralidade”. Eu não entendia muito bem, uma vez que partia do princípio de que qualquer pessoa negra tem que ter ancestrais negros, do contrário, como ela pode ser negra? O que ele queria dizer é que não se deveria usar a idéia do “afro descendente” que poderia permitir a uma alemã com uma avó “nativa” se candidatar às cotas. O que me causava estranheza era isso estar sendo posto ali já que eu nunca havia considerado essa possibilidade. Eu pedi para a YVI montar uma apresentação em power point do seu álbum de fotos familiares, o que mostrava a sua condição de “parda”. Outra orientanda minha, Kaciane Daniela, apresentaria o relato da sua condição familiar. Descendente de negros por um lado e de poloneses por outro, ela era a filha mais clara, com os cabelos louros contrastando com a pele parda. Ela era, de fato, cotista social. Segundo ela, os parentes sempre disseram que ela era “loura” mas ela sempre se colocara como “Negra” e sua auto imagem fora construída nessa tensão. Mesmo assim, como podia se candidatar pela cota social, preferiu evitar a cota racial e um possível confronto com a Banca e com as sutilezas de sua auto classificação.

Os dois depoimentos causaram alguns estranhamentos entre os membros do Movimento Negros e alguns estudantes do NEAB. Alguns destes acreditaram que as pessoas estavam expondo suas “intimidades”, ao o que Kaciane contra argumentou que aquilo não era íntimo, era apenas a sua construção de Pessoa e que fazia parte da sua memória e história familiar, como era o caso da YVI também. Elas não estavam expondo “fraquezas” como também foi dito, mas o

contexto social do qual suas identidades emergiram. O estranhamento causado entre os militantes realmente me deixou intrigado. Um dos motivos era o fato das duas jovens se colocarem na condição de “pardas” e não se utilizarem da categoria “negro”. Um outro estudante, natural da Bahia, com um passado de militância em várias instituições educacionais pelo país ficara muito incomodado diante da apresentação dessa identidade, o que, naquele momento, me fez perceber que deveria olhar melhor para isso. Afinal os negros não são os Pretos e os Pardos? Porque os Pretos estavam incomodados com os Pardos? Se ambas as categorias estavam incluídas na categoria Negro? Essa era uma questão mais substantiva e muito mais importante do que a distinção entre Brancos e Negros, que era fácil de fazer e o número de pessoas “barradas”, que era muito pequeno.

O que foi transparecendo era que a Banca e as discussões que ela provocava, não eram simplesmente um momento de verificação de uma identidade previamente auto atribuída, a ser conferida ali, mas um momento fundamental de negociação de identidades étnicas promovidas pelo próprio programa da Cota racial. O que todo mundo estava fazendo, basicamente, era negociar o seu pertencimento étnico racial possível naquele momento, em relação a uma condição interessante, o ingresso na universidade federal, pública e gratuita, da maneira que fosse possível. Neste processo, uma série de categorias e conceitos emergiam, muito além do que os envolvidos propunham e percebiam naquele momento.

O que estava em jogo, sim, era a Pedagogia racial, uma espécie de orientação aos candidatos com relação a sua auto identificação, que se pretendia ser uma conversa “entre negros”, os mais conscientes e os não tanto, mas não era. O que me incomodava, enquanto antropólogo, era perceber neste processo da Pedagogia racial um jogo de negociação de identidade étnicas, do qual todos participavam, inclusive eu, mas ninguém refletia sobre o mesmo. E o debate que havia sido produzido até então, centrado na idéia da “divisão” do

Brasil, até podia ser visto como fazendo parte deste jogo, mas não acrescentava absolutamente nada a uma tentativa séria de reflexão sobre o assunto.